



ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS
DO MARANHÃO

INFORMATIVO dia-a-dia

ano 3 • nº 31 • outubro de 2009



Projeto “AMMA Descontos”

A AMMA está lançando um novo projeto voltado à valorização, benefício e comodidade dos seus associados. É o “AMMA Descontos”. Trata-se de um cartão personalizado que dá direito aos seus filiados a descontos em produtos e serviços em mais de 70 empresas conveniadas. A partir de agora será mais fácil receber os benefícios, sem a menor burocracia. Ainda como parte do mesmo projeto, todas as empresas conveniadas terão displays ou adesivos com a logomarca da AMMA, indicando que o estabelecimento é conveniado. O leque de empresas conveniadas é extenso. Os associados poderão usufruir da parceria da AMMA com escolas, concessionárias de veículos, livraria, postos de combustível, academias de ginástica, universidades, clínicas médicas e odontológicas e muitos outros. É só aproveitar. **Página 3**

Intensificados os trabalhos para cumprimento da Meta 2

O corregedor-geral de Justiça, Jamil Gedeon, revela em entrevista as ações que estão sendo realizadas no Maranhão para o cumprimento da Meta 2. **Página 6**

Magistratura maranhense marcará presença no XX CBM

Cerca de 70 pessoas do Maranhão, entre magistrados e acompanhantes, estarão presentes no XX Congresso Brasileiro de Magistrados, em São Paulo, de 29 a 31 de outubro. **Página 7**

Prêmio AMMA 2009 aguarda as inscrições das boas práticas

Magistrados associados poderão inscrever até o dia 4 de dezembro os seus trabalhos para o Prêmio AMMA 2009, cuja festa de premiação será no dia 18 de dezembro. **Página 8**

AMMA Descontos

Os associados da AMMA estão recebendo mais um serviço implantado pela Diretoria Executiva, voltado à sua comodidade e segurança. Desta vez, também com vantagens financeiras. Trata-se do Programa “AMMA Descontos”, que compreende um cartão personalizado que dá direito a ofertas em serviços e produtos da rede conveniada.

Ao idealizar o Programa “AMMA Descontos”, a Diretoria Executiva pensou não apenas no conforto dos seus associados. O serviço também visa massificar a marca da entidade por meio da fixação de displays e adesivos em todas as empresas da rede conveniada.

Em qualquer estabelecimento conveniado que o associado for, lá estará a marca da AMMA exposta em paredes, caixas ou balcões de atendimento. O detalhe é que com o estabelecimento identificado o magistrado filiado terá mais segurança para cobrar o benefício oferecido pelo convênio. Basta seguir a logomarca da AMMA em farmácias, escolas, livrarias, academias, concessionárias e clínicas médicas. Enfim, há um leque de empresas à disposição.

Ao adotar o novo modelo de descontos em convênios, a atual Diretoria Executiva da AMMA expressa a sua percepção exata do que representa o associativismo na sua ampla concepção, razão pela qual implantou e vem executando programas diversificados, como são exemplos os projetos “Em Debate Ponto a Ponto”, o “Prêmio AMMA” e “Manhã da Harmonia”. Todas essas iniciativas têm como ponto comum a valorização do magistrado e/ou seus dependentes.

Dentro desta perspectiva, a AMMA tratou de negociar convênios vantajosos que, se utilizados de forma adequada, produzem uma economia substancial na aquisição de produtos e serviços diversificados.

Estamos no caminho certo. Este é o sentimento que os membros da Diretoria da AMMA compartilham com toda a classe, além de representar um estímulo a mais para a realização de muitos outros projetos.

Boa leitura!

Magistrados defendem a municipalização da pena



Foto: JR Lisboa

Douglas Martins, Roberto Oliveira e José Costa ao lado de deputados

Os juízes Douglas Martins, José Costa, Roberto de Paula e Jamil Aguiar foram expositores da audiência pública promovida pela Assembleia Legislativa no dia 25 de setembro sobre o tema “A Municipalização do Sistema Prisional”. De iniciativa do deputado Rubens Júnior (PRTB), o evento contou com a presença do presidente da AMMA, Gervásio Santos, parlamentares, advogados, promotores de Justiça, representantes da sociedade civil e estudantes.

Durante a audiência pública uma constatação ficou evidenciada: o sistema prisional brasileiro está um caos e não será apenas construindo novos presídios que o problema será solucionado. Os magistrados enfatizaram a necessidade de haver uma quebra de paradigmas, sendo que um dos caminhos é a municipalização da pena.

Ao abordarem o tema central da audiência - a municipalização do sistema prisional - os juízes Roberto de Oliveira Paula, da Comarca de Bacabal, José Costa, de Coroatá, e Douglas de Melo Martins, de São Luís, defenderam a tese de que o preso deve ser ressocializado em seu próprio município, próximo à sua família.

Roberto de Paula destacou que a municipalização do cumprimento da pena

proporcionará a criação de 30 vagas em cada Comarca, resultando em 2.500 novas vagas. “Com R\$ 5 milhões, construiríamos 1.500 vagas e não apenas 150 como será efetivado pelo Estado lá em Bacabal, com a construção de um presídio.”

O principal enfoque defendido pelos magistrados é que a municipalização do sistema levará os presos para perto daqueles que o ajudarão no processo de ressocialização, que são a sua própria família e a comunidade.

Opinião semelhante foi defendida pelo juiz José Costa, citando como exemplo as experiências positivas das APACs. Segundo ele, a municipalização é bem aceita nos municípios, pois o que a população rejeita são grandes presídios em suas cidades e não a presença dos seus presos. “Eles preferem ficar na delegacia a ir para a penitenciária. Querem sofrer perto da família”, disse.

Segundo os magistrados, a execução da pena na própria Comarca também auxiliaria muito a atuação dos juízes no acompanhamento dos presos.

O juiz Douglas de Melo Martins apresentou na audiência a experiência desenvolvida no Centro de Ressocialização de Pedreiras, coordenado pela APAC, cuja estrutura é muito melhor do que a do Fórum da referida Comarca.

expediente

Jornal Dia-a-Dia é o informativo mensal da Associação dos Magistrados do Maranhão - AMMA. Rua do Egito, 351 - Centro - CEP: 65010-190.

Fones: (98) 3221-4414 / 3232-1947 / 3231-8073

E-mails: amma@amma.com.br • ammaimprensa@gmail.com

Diretoria Executiva:

Gervásio dos Santos Júnior (presidente)
José Brígido Lages (1º vice-presidente)
Nilo Ribeiro Filho (2º vice-presidente)
José Pereira Licar (3º vice-presidente)
Lícia Cristina (secretária-geral)
Márcio do Carmo (secretário-adjunto)
Carlos Henrique Veloso (tesoureiro-geral)
Márcia Chaves (tesoureiro-adjunto)

Conselho Fiscal - Titulares:

Sidarta Gautama Maranhão
Rosângela Praseres
Roberto Abreu
Andrea Permutter
Holidice Barros

Conselho Fiscal - Suplentes:

Antônio Luiz Almeida
Vicente Ferreira Lopes
Larissa Tupinambá Castro

Jornalista Responsável:

Jacqueline Barros Heluy - DRT 750 MA

Fotos:

Biné Moraes

Projeto Gráfico:

Ideia Propaganda & Marketing

Diretor de Arte:

Márcio Veiga

Diagramação:

Wemerson Macêdo

AMMA lança cartão de descontos



A AMMA está lançando um novo projeto voltado à valorização, benefício e comodidade dos seus associados. É o “AMMA Descontos”. Trata-se de um cartão personalizado que dá direito aos seus filiados a descontos em produtos e serviços da rede de empresas conveniadas.

O cartão “AMMA Descontos” será entregue a todos

os associados até o fim de outubro. Com ele será mais fácil receber os descontos ou benefícios previstos no contrato com a conveniada, sem a menor burocracia. Basta apresentar o cartão e pronto.

Mas os benefícios implantados com o projeto “AMMA Descontos” não param por aí. A partir de agora, a marca da entidade

estará presente em todos os estabelecimentos por meio de displays. São peças informativas com a logomarca que indicam que a AMMA está presente naquele local, ou seja, que ali há convênio com a AMMA.

Por exemplo, ao entrar em um dos 70 estabelecimentos conveniados, o associado de imediato saberá que ali o cartão “AMMA Descontos” poderá ser usado, sem ter que perguntar antes. Um display com a marca da entidade estará indicando que se trata de um conveniado. Na hora do pagamento, é só apresentar o cartão. Lembrando que não se trata de cartão de crédito. Como o próprio nome já diz, é de desconto.

O presidente da AMMA, Gervásio Santos, explica que o projeto “AMMA Descontos” nasceu da necessidade da própria entidade de tornar os seus convênios mais acessíveis e conhecidos pelos associados. “O nosso associado não precisará mais ficar em dúvida se o estabelecimento é ou não conveniado, pois a marca da AMMA estará presente em todos os locais”, disse.

A partir de agora o associado não terá mais motivos para deixar de utilizar os seus convênios, pois a AMMA se fará lembrar no momento em que entrar no estabelecimento. Os displays com a marca estarão presentes nas melhores academias de ginástica, em salões de beleza, escolas, postos de combustível, cursos de línguas, restaurantes, pizzarias, concessionárias de veículos, universidades, lojas e vários outros tipos de estabelecimentos. É só entrar e usufruir de mais este benefício.

Mais convênios para os associados

Ampliar a rede de parceiros de forma a oferecer mais comodidade e atendimento diversificado aos seus associados tem sido uma das prioridades da Diretoria Executiva da AMMA. Atualmente, os magistrados filiados dispõem de uma gama de serviços, que inclui hotéis, universidades, escolas, livrarias, clínicas, academias, farmácia, concessionárias de veículos e tantos outros.

A rede conveniada da AMMA é uma das mais variadas e amplas na área de associativismo do país. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), por exemplo, que oferece o pacote AMBMais, conta com 18 empresas conveniadas. A AMMA possui 70, sendo uma das associações

estaduais com a maior rede conveniada do país.

As parcerias da AMMA não se restringem apenas ao Maranhão. Os magistrados maranhenses podem dispor do conforto e espaços de lazer de quatro associações - Apamagis (SP), Asmeço (GO), ACM (CE) e Amapi (PI), fruto de convênios entre as cinco entidades.

Além das associações estaduais, a rede conveniada da AMMA é bem ampla. São oferecidos vantagens e descontos em oito restaurantes, seis academias de fitness, cinco escolas de idiomas, isso sem falar em 11 clínicas médicas e odontológicas. Há ainda parceiros do porte do Uniceuma, Extrafarma, Escola Upaon-Açu, Unibanco,



Academia Estação Saúde é a mais nova parceira da AMMA

Pneuação e tantos outros.

Para usufruir de todas as vantagens oferecidas pela rede conveniada AMMA, o associado terá que acessar o site www.amma.com.br e clicar sobre o ícone “convênios”, que se encontra

na barra da lateral esquerda. Pronto, um leque de opções aparecerá na tela. É só escolher a empresa e usufruir, lembrando que a partir de agora basta apresentar o cartão AMMA Descontos.

Novo critério de aferir a produtividade



A maioria dos pleitos da AMMA é definida pelo Conselho de Representantes

A AMMA não tem medido esforços para encaminhar ao Tribunal de Justiça os pleitos que atendam às expectativas dos seus associados. A maioria dos requerimentos é resultado das deliberações das assembleias e reuniões do Conselho de Representantes. A última conquista da

magistratura acaba de ser consolidada com a publicação do novo Regimento Interno do TJ que, dentre as modificações, altera o critério de aferição da produtividade e operosidade dos juízes.

A partir de agora, conforme solicitou a AMMA, a aferição da produtividade

dos magistrados será relativa aos 48 meses anteriores à promoção. A proposta de alteração dos critérios de operosidade foi deliberada na última reunião do Conselho de Representantes.

O Tribunal também acatou solicitação da AMMA para que não sejam incluídos na apuração de

desempenho e operosidade dos magistrados os processos distribuídos nas Comarcas ou Varas pelas quais tenham respondido cumulativamente, e que seja dada ampla publicidade à decisão do corregedor quando acolher ou rejeitar as justificativas apresentadas na hipótese de operosidade negativa.

O Tribunal de Justiça considerou a fundamentação apresentada pela AMMA de que a operosidade é o resultado da quantidade de demandas distribuídas e do número de processos finalizados. Desta forma, causava prejuízo acrescentar na análise de desempenho dos magistrados o número de processos distribuídos na Vara ou Comarca pelas quais tenha respondido cumulativamente.

Ajuda de custo para juízes

Outro importante requerimento encaminhado pela AMMA ainda aguarda deliberação do Tribunal. Trata-se da alteração da redação do art. 3º da Resolução nº 003/2005, para permitir que seja instituída ajuda de custo correspondente a 50% do subsídio percebido pelo magistrado na época da promoção e remoção, com a possibilidade de ser elevado até o teto de 100%, mediante comprovação de que as despesas superaram o mínimo fixado.

A AMMA pleiteia ainda que o Tribunal proceda à regulamentação da ajuda de custo nos casos de remoção voluntária, conforme decisão do Conselho Nacional de Justiça nos PPs nº 200710000007809, 200710000011825 e 200810000013231, alegando que, embora versem sobre a magistratura federal, merecem tratamento isonômico no âmbito da magistratura estadual maranhense, em face do caráter nacional do Poder Judiciário.

Esta reivindicação também foi apreciada pelo Conselho de Representantes Regionais da AMMA, em reunião realizada no último dia 31 de agosto.

De acordo com a AMMA, o valor da ajuda de custo fixada atualmente no âmbito do Judiciário maranhense, de nítido caráter indenizatório, é insuficiente para suprir todas as despesas provenientes do deslocamento dos magistrados e de sua família, considerando que os gastos obtidos são bem mais elevados do que aqueles calculados quando da elaboração da resolução supra.

A AMMA ressalta que a Lei Complementar nº 35/1979 (Lei Orgânica da Magistratura - LOMAN), ao assegurar tal benefício no art. 65, inciso I, visa compensar os magistrados pelo fato de que seu deslocamento para uma nova Comarca ocorre exclusivamente visando ao interesse do serviço público.

Publicação da ordem de vacância das Comarcas

Também está sendo aguardada decisão do Tribunal acerca do pleito da AMMA para que seja publicada, de imediato, a ordem de vacância das Comarcas que serão ocupadas pelos magistrados aprovados no concurso público em andamento. O pedido é para que o Tribunal também informe o critério que será utilizado quando da designação desses juízes para suas respectivas comarcas.

O referido pleito foi proposto pelo juiz Ronaldo Maciel, durante a assembleia geral realizada no último dia 29 de agosto, ocasião em que, por unanimidade, os magistrados presentes se posicionaram no sentido da AMMA encaminhar o pedido ao Tribunal de Justiça.

A divulgação com antecedência da ordem das

Comarcas e os critérios a serem apreciados quando do seu preenchimento tem por objetivo prevenir eventual questionamento sobre o assunto, além de assegurar a transparência indispensável no preenchimento das unidades judiciárias vagas nas Comarcas de entrância inicial. O pronto atendimento do pedido evitará transtornos na regularidade das designações dos novos juízes.

Os candidatos aprovados para o cargo de Juiz de Direito Substituto devem tomar posse ainda no mês de novembro deste ano, após o encerramento do concurso para ingresso na carreira que se dará com a conclusão do Curso de Formação de Magistrados realizados pela Escola Superior da Magistratura - ESMAN.

Juíza revela caos prisional em Codó

O Poder Judiciário de Codó vai cobrar do Executivo uma solução imediata para a situação calamitosa em que se encontra a unidade prisional da referida Comarca. Esta foi uma das conclusões da 1ª Semana do Encarcerado de Codó, encerrada no dia 2 de outubro, sob a coordenação da juíza Lúcia Helena Heluy da Silva, da 1ª Vara Criminal.

A solenidade de encerramento, realizada no salão do júri do Fórum da Comarca de Codó, reuniu representantes do Executivo e Legislativo Municipal, advogados, membros da sociedade civil organizada, religiosos e familiares dos presos. Presentes, o presidente da Associação dos Magistrados (AMMA), Gervásio Santos, a juíza Stela Pereira Muniz, diretora do Fórum, o promotor Gilberto Câmara e o advogado Francisco José, presidente da seccional da OAB.

A Semana dos Encarcerados foi iniciada no dia



Juíza Lúcia Helena coordenou a Semana dos Encarcerados

28 de setembro, contando com atividades no Fórum; visita à unidade prisional; exposição e comercialização de peças de artesanato fabricadas pelos internos; palestras; apresentação de vídeo; debate sobre o método APAC; apresentação do documentário sobre a CPI da Carceragem; e atividades culturais com a participação dos internos.

Durante o encerramento, a juíza Lúcia Helena

apresentou um documentário de fotos que comprovavam o estado de calamidade da delegacia de Codó. Um total de 77 presos se divide em seis celas sem iluminação, ventilação, água potável e em meio a grande sujeira originada pelo acúmulo de lixo.

O presidente da AMMA, Gervásio Santos, destacou na solenidade que a realidade prisional de Codó é uma prova de que pesam

sobre os ombros do Judiciário cobranças que não deveriam pender. Ele atribuiu a responsabilidade pela situação caótica e desumana ao Poder Executivo, cuja negligência para com o sistema prisional tem obrigado juízes a condenar seres humanos ao cumprimento de pena em “verdadeiras sucursais do inferno”.

De acordo com Gervásio, o Executivo tem que entender que é sua obrigação oferecer condições dignas ao cumprimento da pena e que esta é uma responsabilidade tão importante quanto garantir educação e saúde à população. Ele elogiou a iniciativa da juíza Lucia Helena em realizar o evento e pela sua coragem de dizer à sociedade de Codó qual o papel do Judiciário.

Para a juíza Stela Muniz, a Semana dos Encarcerados foi de extrema importância por mostrar à sociedade de Codó que o Judiciário está atento, mobilizado e cumprindo as suas funções.

Proteção integral à infância



O juiz José Américo Anreu Costa, da 1ª Vara da Infância e Adolescência de São Luís, lançou no dia 9 de outubro o programa “Prote-

ção Integral”, que compreende quatro ações voltadas para a garantia dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Durante a solenidade, 25 pessoas receberam termos de guarda entregues pelo magistrado e por outras autoridades presentes ao lançamento. A AMMA foi representada pelo presidente Gervásio Santos.

O programa Proteção Integral engloba os projetos “Guarda Legal”, “Padrinho Solidário”, “Grupo de Apoio à Adoção” e “Jovem Comissário”. Este último já funciona des-

de o ano passado, formando jovens multiplicadores dos direitos e deveres das crianças na rede pública de ensino.

O projeto “Guarda Legal” tem o objetivo de incentivar as pessoas a regularizarem a situação de crianças que estão sob cuidados de adultos de maneira informal.

Sem o termo de guarda, a pessoa que abriga o menor enfrenta muitas restrições. Entre elas, não pode autorizá-lo a fazer viagens e procedimentos cirúrgicos, o que pode levar a criança a uma situação de risco.

“Queremos deixar claro que as pessoas devem procurar o auxílio da 1ª vara sem receio de punição. Pelo contrário, vamos oferecer a

proteção de que precisam”, afirmou o juiz José Américo Anreu Costa, ao apresentar a iniciativa ao público.

O projeto “Padrinho Solidário” tem como meta proporcionar a experiência do convívio familiar para crianças abrigadas, por meio do apadrinhamento. A partir do momento em que a criança se torna seu afilhado, o padrinho se compromete a dar a ela atenção e carinho por um período determinado. O candidato a padrinho deve ter mais de 18 anos e passar por uma seleção feita pela equipe multidisciplinar da Vara da Infância. Os afilhados são crianças maiores de cinco anos que estejam vivendo em abrigos.

“Meta 2 será alcançada com apoio de todos”



O empenho e a participação dos magistrados maranhenses serão fatores preponderantes para o cumprimento da Meta 2 no Maranhão. A avaliação é feita pelo corregedor-geral de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, que detalha nesta entrevista as ações que foram implantadas pela Corregedoria para que o Judiciário maranhense julgue cerca de 50 mil processos até dezembro deste ano.

Que ações já foram implantadas pela Corregedoria de Justiça para o cumprimento da Meta 2 no Maranhão?

Jamil Gedeon - No primeiro momento determinamos o levantamento da quantidade de processos, para que pudéssemos fazer o planejamento das ações da Corregedoria e dos demais magistrados com relação ao cumprimento da Meta 2. Após este levantamento, concluído em julho, chegamos ao número aproximado de 50 mil processos e verificamos quais as Varas e Comarcas com maior número. Para cada uma definimos uma força tarefa e um grupo de apoio coordenado por um ou mais juízes, com o auxílio dos futuros colegas da Escola da Magistratura.

Como e onde estes grupos de apoio estão atuando?

Jamil Gedeon - Em vários pontos do estado, dentre eles as Comarcas de Caxias, Pinheiro, Santa Inês, Balsas e Imperatriz. Em cada um deles, a força tarefa está atuando para que possamos efetivamente cumprir a Meta 2.

De acordo com a dinâmica de trabalho que está sendo realizada, a sua estimativa é que o Maranhão realmente consiga atingir o objetivo até o dia 31 de dezembro?

Jamil Gedeon - Todos estão envolvidos neste processo com o mesmo objetivo: cumprir a Meta 2. Muitos juízes suspenderam espontaneamente as suas férias e se colocaram à disposição da Corregedoria. Aqueles em cujas Varas existiam menos de 100 processos da Meta 2 estão auxiliando os colegas de Comarcas próximas e até de Comarcas mais

distantes. Para todos os juízes que pediram auxílio à Corregedoria estão sendo enviados magistrados e servidores para auxiliá-los. Além disso, toda a equipe da Corregedoria está focada no objetivo de proporcionar todas as condições necessárias para que os magistrados possam cumprir o que foi determinado pelo CNJ.

Qual a situação da Comarca de São Luís diante deste desafio?

Jamil Gedeon - A Comarca de São Luís foi identificada como detentora do maior número de processos. Então foi criado um grupo de trabalho, comandado pelos juízes Josemar Lopes nas Varas Cíveis, José Ribamar Castro nas Varas de Família, Ronaldo Maciel nas Criminais e Carlos Veloso nas Varas da Fazenda Pública. Estão sendo, ainda, realizados mutirões do júri na capital e em Imperatriz. Percebemos uma grande mobilização dos magistrados do Maranhão, porque esta não é uma meta do presidente do Tribunal ou do corregedor, mas do Poder Judiciário. Todos nós queremos, no final do ano, quando o CNJ divulgar os estados que cumpriram ou chegaram mais próximos ao cumprimento da Meta 2, que o Judiciário do Maranhão esteja entre aqueles que atenderam aos objetivos.

No primeiro instante houve certa crítica de alguns setores da magistratura com relação à determinação do CNJ. Na sua avaliação, estavam equivocados os que a criticaram?

Jamil Gedeon - Defendo o ponto de vista de que estabelecer objetivos e planejar a administração são passos importantes para o Judiciário do futuro. Só acho que as metas fixadas pelo CNJ devem ser discutidas previamente

te com a classe para que haja um envolvimento de todos. Só não compreendo porque sair de cima para baixo. Tem que haver o envolvimento de todos. É muito difícil, somente com a boa vontade da administração superior, alcançar qualquer meta. É necessário que seja construída com a participação de todos os magistrados.

Por que a demora da Corregedoria em lançar o planejamento e dar início aos trabalhos para o cumprimento da Meta 2?

Jamil Gedeon - O que aconteceu é que somente no mês de julho o CNJ realizou a primeira reunião com os representantes dos Tribunais para planejar as ações da Meta 2. Até então, havia apenas a reunião dos presidentes dos Tribunais de Justiça, ocorrida em fevereiro. O Judiciário do Maranhão foi representado pelos juízes Nilo Filho e Raimundo Bogéa, que ao retornarem ao Maranhão elaboraram os procedimentos iniciais, que consistiu no levantamento dos processos. A partir daí foi estabelecido que aqueles juízes que estivessem com menos de 100 processos resolveriam a situação sozinhos e aqueles que tivessem mais de 100 contariam com o auxílio de magistrados sem acúmulos de processos e de técnicos.

Reiteradas vezes a AMMA cobrou da administração do Tribunal um planejamento prévio para o cumprimento da Meta 2 e não obteve resposta. Como o senhor avalia a postura da entidade, que desde o primeiro instante se manteve alerta para a determinação do CNJ?

Jamil Gedeon - Houve uma certa demora quanto aos ofícios da AMMA, mas as ações já estavam sendo detalhadas, contatos estavam sendo ultimados e, juntos, acho que estamos construindo este momento em que verificamos, com raras exceções, o empenho dos magistrados maranhenses. Sobre as críticas, quando construtivas, são sempre bem-vindas. A administração tem que sofrer críticas que certamente servirão para a construção de um novo momento no Judiciário maranhense. A AMMA tem sido uma grande colaboradora das ações da Corregedoria, principalmente no que diz respeito à Meta 2.

Ritmo intenso na capital e interior



Juiz Ronaldo Maciel coordena trabalhos nas Varas Criminais

Juízes imprimem ritmo de trabalho acelerado durante o mês de outubro em suas Comarcas, para dar cumprimento à determinação do CNJ de julgar todos os processos da Meta 2 até o final de dezembro deste ano. Para isso, contam com o auxílio de uma força-tarefa designada pela Corregedoria, composta por alunos do curso de formação da Esmam e analistas judiciários.

Na contagem geral da Corregedoria, 6.952 processos já haviam sido julgados até o início deste mês em todo o estado, em primeira e segunda instância. Os trabalhos também acon-

tecem em São Luís, coordenados pelos juízes Ronaldo Maciel (Varas Criminais), Josemar Lopes (Varas Cíveis), José Ribamar Castro (Varas de Família) e Carlos Veloso (Fazenda Pública).

No interior, a Corregedoria montou cinco grupos de trabalho, formados pelas comarcas de Caxias, Codó e Coelho Neto; Pedreiras, Santa Inês e Pindaré-Mirim; Rosário, Itapecuru-Mirim e Icatu; Pinheiro, São Bento, Santa Helena, Alcântara e Bequimão. Os juízes contam com a colaboração da equipe formada por 11 técnicos e nove analistas do Poder Judiciário.

Em uma primeira etapa ação, o trabalho contemplou três grupos formados pelas Comarcas de Imperatriz, Montes Altos,

Porto Franco, Estreito, Itinga e Açailândia; Balsas, Alto Parnaíba, Riachão e Tasso Fragoso; Barra do Corda e Grajaú.

JUÍZES FAZEM MUTIRÕES NAS COMARCAS

Imperatriz - A juíza Samira Barros Heluy realizou 25 sessões do Tribunal do Júri, todas de réus foragidos de processos da Meta 2. A realização da sessão do júri sem a presença do réu é uma das mudanças no processo penal provocadas pela Lei 11.689, de junho de 2008.

Pinheiro e Santa Helena - Um total de 1.137 dos 2.500 processos da Meta 2 foram sentenciados até o dia 6 de outubro. O trabalho, coordenado pelos juízes Rodrigo Nina e Joscelmo Gomes, teve início no dia 26 de setembro, realizado por juízes, formandos da Esmam e analistas judiciários.

Bacabal - Esta Comarca já tem programado para o período de 13 a 19 de novembro 29 júris, nos quais serão julgados foragidos da Justiça. Todos os processos foram distribuídos até 31 de dezembro de 2005 e pautados para o cumprimento da Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça. Os júris serão presididos pelo titular da Vara, juiz Osmar Gomes dos Santos, nos turnos da manhã e tarde.

Pedreiras - Dos 1.816 processos da Meta 2, distribuídos na Justiça de Pedreiras, Santa Inês e Pindaré-Mirim, 857 já foram analisados no mês de outubro, quando a Comarca recebeu o reforço da equipe enviada pela Corregedoria Geral da Justiça. O trabalho já resultou em 526 sentenças.

“O XX CBM ficará para a história”

Reta final para a realização do XX Congresso Brasileiro de Magistrados, de 29 a 31 de outubro no World Trade Center, em São Paulo. Durante três dias, cerca de dois mil magistrados de todo o país estarão discutindo o tema “Gestão Democrática do Judiciário”.

Coordenar um evento do porte do XX Congresso Brasileiro de Magistrados não é uma tarefa fácil. Foi necessário um cuidadoso planejamento, organização e muita dedicação durante meses. Ao escolher o presidente da AMMA, Gervásio Santos, para esta árdua missão, a Diretoria da AMB sabia que estava delegando a responsabilidade para a pessoa certa. O resultado não poderia ser melhor: o Congresso está aí, com uma progra-

mação científica e cultural impecável, e São Paulo com toda sua magnitude, de braços abertos para receber a magistratura brasileira.

Gervásio Santos analisou a sua escolha para coordenar o evento como um voto de confiança da AMB e disse que tem procurado desempenhar esta função com responsabilidade e profissionalismo. “Preciso destacar, por absoluta questão de justiça, que o nosso trabalho foi facilitado pela participação dos demais membros da comissão, do competente corpo funcional da AMB e pela escolha da empresa CASE para produção do evento”, esclareceu.

Sobre a escolha do tema do Congresso, ele explicou que as grandes dificuldades do Poder Judiciário somen-

te serão superadas com o aprimoramento da gestão e a incorporação de ferramentas que maximizem os seus recursos e permitam a obtenção de melhores resultados na sua atividade fim.

Segundo ele, esse processo de readequação da governança do Judiciário não pode prescindir da participação de todos os magistrados, sobretudo daqueles que se encontram na linha de frente da prestação jurisdicional.

Gervásio disse não ter dúvidas de que o XX Congresso Brasileiro de Magistrados entrará para a história pelo nível dos debates que serão realizados, pelas atrações artísticas e culturais, pela presença do presidente da República e, sobretudo, por consolidar a

visão associativa do presidente Mozart Valadares de que melhorar os resultados dos serviços prestados pelo Poder Judiciário é o mais rápido e melhor caminho para a defesa das prerrogativas da magistratura brasileira.

O Maranhão estará representado em São Paulo pela maior delegação de toda a história dos Congressos Brasileiros de Magistrados. Apesar de ser uma magistratura pequena, o estado ocupa o 9º lugar em número de inscrições entre todas as associações afiliadas a AMB. Entre participantes e acompanhantes a delegação maranhense contará em torno de 65 pessoas, e isto sem qualquer incentivo oficial do Tribunal de Justiça, diferente do que ocorreu em outros estados.

“Sou um homem feliz e realizado”

Quem conversa com o juiz aposentado Carlos Magno Carvalho, sempre de bom humor, excelente papo e sorriso largo, nem imagina que ele carrega no corpo e na alma a força de um grande lutador. Aos 64 anos, em pleno exercício da advocacia, Carlos Magno se diz um homem feliz e realizado. Atribui esta plenitude a Deus, ao pai, que lhe transmitiu valores sólidos, e à família por ele construída, formada pela esposa, três filhos e uma neta.

Chegar a essa realização pessoal não foi fácil. Um longo caminho de sacrifícios, trabalho e muito estudo foi percorrido pelo magistrado, desde a sua infância em um dos municípios mais pobres do Maranhão, Santa Quitéria, onde nasceu.

Ainda criança, Carlos Magno recebeu do pai, um pequeno comerciante, advogado provisionado que só tinha até o quinto ano primário, o primeiro ensinamento para conquistar o seu lugar ao sol: estudo, muito estudo.

O conselho foi seguido. Carlos Magno mudou-se para Teresina para cursar o ginásio. Teve que pagar com dinheiro próprio um colégio particular por não encontrar vaga em escola pública. Trabalhava em comércio dois expedientes e estudava à noite. Residia em casa de



Carlos Magno relata experiências obtidas na magistratura

estudante. Após três anos, veio cursar o científico em São Luís, onde a rotina era a mesma. Trabalho em dois turnos e estudo à noite.

Na roda-viva de trabalho de dia e estudo à noite, ele concluiu a faculdade e passou no concurso para a magistratura. “Por diversas vezes o professor Alberto Tavares me acordava no meio da aula, mas ele sabia porque eu estava cochilando”, disse, sorrindo.

Antes de chegar à magistratura, no ano de 1992, exerceu a advocacia, trabalhou no Incra e no Estado. O incentivo para ser juiz veio do pai, que o aconselhava a buscar algo que lhe garantisse estabilidade. Na magistratura, ficou apenas cinco anos, aposentando-se em 1997 por vontade própria. Carlos Magno achou que tinha que dar espaço aos juizes mais jovens que

quisessem seguir carreira e não se arrependeu. Retornou à advocacia, por meio da qual diz se realizar profissionalmente.

Da magistratura também guarda na mente situações de sacrifício, quando na sua primeira Comarca, Riachão, tinha que estudar os processos à noite, à luz de lamparina por falta de energia elétrica, e redigir as sentenças em uma velha máquina de datilografar cedida pela Prefeitura. “Hoje a estrutura de trabalho dos juizes é melhor, mas ainda há muitos problemas e precisamos avançar”, declara.

Carlos Magno se diz realizado com um pequeno escritório de advocacia compartilhado com seus três filhos, aos quais transmite as mesmas lições que lhe foram passadas pelo pai: “O caminho é o estudo. Não há outro caminho”.

NA DIRETORIA DE APOSENTADOS

Outra vertente na vida de Carlos Magno é o voluntariado. Foi diretor do Asilo de Mendicidade por quatro anos, é membro do Lions, da Maçonaria e exerce um trabalho em mais duas instituições. No início da atual gestão da AMMA, recebeu do presidente Gervásio Santos convite para ser diretor de Aposentados. “Não pude dizer não para o Gervásio. Ele é seguro, correto na administração da AMMA.”

A dedicação de Carlos Magno à Diretoria de Aposentados está fazendo a diferença. Ele tem conseguido arrematar um grupo que se reúne na sede social do Calhau para bate-papo informal em manhãs de sábado, com bingos, sorteios e discussão sobre os pleitos da categoria. O grupo planeja visitas a colegas que estejam em hospitais ou sem querer sair de casa.

“Estamos nos organizando na defesa dos nossos direitos, pois muitos desembargadores e juizes da ativa se esquecem que futuramente estarão em nosso lugar e que não haverá quem lute pelos interesses deles”, ressaltou.

Abertas as inscrições do Prêmio AMMA

Já estão abertas as inscrições para a 3ª Edição do Prêmio AMMA de Melhores Práticas do Judiciário, uma realização da Associação dos Magistrados voltada à valorização dos juizes que desenvolvem projetos que contribuam para a melhoria da prestação jurisdicional no estado. Poderá concorrer qualquer integrante da magistratura estadual que faça parte da AMMA e que esteja em pleno exer-

cício das suas funções judiciais.

As inscrições poderão ser efetivadas até o prazo final de apresentação dos trabalhos, marcado para o dia 4 de dezembro de 2009.

Para se inscrever, basta acessar o site www.amma.com.br, clicar sobre o banner específico do prêmio, preencher a ficha de inscrição e clicar sobre “enviar”. Deverão ser fornecidos, obrigatoriamente, o nome

do autor, cargo, comarca e nome do projeto que irá concorrer.

Após o término do período de inscrição, todos os trabalhos serão encaminhados à comissão avaliadora, constituída pelo desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira, juíza Maria Francisca Gualberto Galiza e juiz José de Ribamar Castro. A comissão terá por missão avaliar e atribuir a ordem de classifica-

ção dos trabalhos inscritos.

As três melhores práticas receberão prêmios no valor de R\$ 2.500,00, R\$ 1.500,00 e R\$ 1.000,00 respectivamente, por ordem de classificação, que serão entregues em ato solene durante a festa de confraternização de final de ano da AMMA, marcada para o dia 18 de dezembro de 2009, a partir das 20h30, no Buffet Panette, na avenida dos Holandeses.